



## MEMÓRIA E ESPAÇO PÚBLICO: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA FEB EM JUIZ DE FORA – MG

### MEMORY AND PUBLIC PLACE: THE CONSTRUCTION OF THE MEMORY OF FEB IN JUIZ DE FORA - MG

Rodrigo Musto Flores\*

**Resumo:** A memória é uma ferramenta fundamental para a tomada de conhecimento do passado. Dessarte, seus usos e manipulações produzem discursos, que se relacionam estreitamente com a formação da identidade e do sentimento de pertencimento a um grupo social. Nesse sentido, o presente artigo, é parte de uma pesquisa mais abrangente que investiga a construção de uma memória coletiva sobre a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tomando como foco das pesquisas a cidade mineira de Juiz de Fora as principais fontes utilizadas, são as do acervo documental da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, seção Juiz de Fora (ANVFEB-JF). A documentação analisada, nos permite lançar outros olhares sobre a forma como essa memória foi construída e difundida pelas associações embasando não só a construção de uma identidade de grupo, mas também fundamentando a atuação pública dessas entidades.

**Palavras chave:** memória coletiva. FEB. Monumentos

**Abstract:** Memory is a key tool for gaining knowledge of the past. Thus, its uses and manipulations produce discourses, which are closely related to the formation of identity and the feeling of belonging to a social group. In this sense, the present article is part of a more comprehensive research that investigates the construction of a collective memory on the acting of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) during World War II (1939-1945). Focusing on the researches in the city of Juiz de Fora, the main sources used are those of the collection of the National Veterans Association of FEB, section Juiz de Fora (ANVFEB-JF). The analyzed documentation allows us to look at the way in which this memory was built and disseminated by the associations, based not only on the construction of a group identity, but also on the basis of the public acting of these entities.

**Keywords:** collective memory. FEB. monument

---

\* Licenciado em História pela Universidade Federal de Viçosa, está vinculado ao programa de mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, na mesma cidade. Desenvolvendo um trabalho na linha de pesquisa intitulada: Patrimônio e Educação, possui pesquisa em andamento sobre a reintegração social do Ex-Combatentes brasileiros mobilizados para integrar a FEB durante a Segunda Guerra Mundial, abordando no estudo a construção da memória coletiva sobre a participação do Brasil no conflito, os monumentos e discursos atrelados a essa participação. Rodrigo Musto Flores, também atua como professor de história para o ensino básico em instituições públicas e privadas da cidade.



## Introdução

O processo de reintegração social dos ex-combatentes da FEB, tem renovado os debates acadêmicos sobre a participação do Brasil ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Pesquisas mais recentes lançaram questionamentos fundamentais para a compreensão, de como os veteranos brasileiros prosseguiram suas vidas após a desmobilização da FEB. Nesse sentido, trabalhos como o de (NASS, 2005), (FERRAZ, 2012), (RIBEIRO, 2013) dentre outros trouxeram à tona, questões que envolvem desde a desmobilização, reintegração social e profissional dos veteranos passando, pela aplicação das leis de amparo aos ex-combatentes, atendimento médico e hospitalar dos feridos no pós guerra assim como, as dinâmicas do processo de construção de uma memória coletiva sobre a FEB no Brasil.

A análise a qual me proponho no presente texto, engloba a construção da memória e a institucionalização dos monumentos e, compartilha de diversos pontos em comum com as obras citadas acima. Uma vez que, a construção da memória é parte inerente a reintegração social dos ex-combatentes brasileiros, iniciaremos a abordagem do tema, a partir da fundação da Associação dos Ex-Combatentes de Juiz de Fora (AECB-JF) em 1947, situando a fundação dessa entidade no processo de readaptação à sociedade dos ex-combatentes da cidade mineira.

Nesse sentido é oportuno que previamente delimitemos que o presente texto, se objetivará em analisar a documentação referente a AECB-JF e a ANVFEB-JF, mas que devido a fusão das duas agremiações na cidade se encontram nos atuais arquivos da ANVFEB-JF. Dessa forma, para uma maior compreensão do tema analisado, é importante destacar que as entidades associativas destinadas aos veteranos de guerra no Brasil, acima referenciadas, se diferenciam, em suma, pela composição de seu quadro social. Enquanto a AECB abrange uma categoria maior de militares membros das Marinhas de Guerra e Mercante, além daqueles militares que atuaram na defesa do litoral e também os antigos membros da FEB e da FAB, ANVFEB, por sua vez, restringe seu quadro social somente aos veteranos de guerra, ou seja, aqueles militares que membros da FEB e da FAB combateram em território italiano.

Realizada essa diferenciação, é também oportuno pontuar que entendemos que essas entidades não se portaram somente como um local de ação coletiva na busca pelos direitos dos cidadãos mobilizados para o exercício da guerra, mas também e, principalmente, como redutos de encontros e lembranças coletivas sobre a atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial



se constituindo como “lugares de memória” e construindo no âmbito coletivo uma memória que irá fundamentar a identidade social de seus membros.

### **As Associações de Ex-Combatentes: Continuação da FEB?**

Para (FERRAZ, 2008, p. 467) as associações de ex-combatentes começam a atuar, como força social importante na Europa por lá, milhares de jovens mobilizados para os combates durante a Primeira Guerra Mundial, ao término dos conflitos, foram repentinamente transformados em veteranos de guerra se associando a essas entidades como forma de pressão política em busca dos direitos outrora prometidos. Enquanto no velho continente o alto número de cidadãos mobilizados para os dois conflitos daria a essas entidades um certo protagonismo no Brasil, os 25.334 homens convocados para o exercício da guerra não representavam, em números absolutos, mais que 0,06% do total da população brasileira em 1945. (FERRAZ, 2012, p. 212)

Não restam dúvidas, que o Brasil forneceu apenas uma das centenas de divisões aliadas que lutaram na Europa durante Segunda Guerra Mundial. Entretanto, é pontual considerar que apesar do baixo número de militares, a atuação da FEB na libertação da Itália foi significativa, os *Liberatori*, como soldados brasileiros eram chamados, conquistaram importantes vitórias sobre o exército alemão durante a guerra.

Para (NASS, 2005. p. 94) apesar de poucos em número e do pequeno potencial das atuações políticas os ex-combatentes brasileiros acabaram, por agir principalmente na busca pela construção de uma identidade social. No mesmo sentido (FERRAZ, 2012, p. 210) considera que a atuação dos próprios ex-combatentes como agentes de memória será notável, uma vez que estes irão desempenhar, ao longo do tempo, amplos esforços de rememoração, comemoração e mobilização das lembranças operacionalizando a memória de seus feitos como condição de existência e perpetuação de uma identidade social.

É evidente, que se comparamos o número de veteranos nas sociedades europeia e norte americana, o impacto causado pela reintegração social de veteranos de guerra nesses países é, muito maior. Segundo Patrícia da Silva Ribeiro, as experiências em conflitos bélicos externos do Brasil, anteriores a Segunda Guerra Mundial, não podem ser adotadas como parâmetros de comparação para os procedimentos de desmobilização de tropas militares. Dessa forma, a



fundação das associações se apresentam, para a historiadora, como um dos desdobramentos de uma política de desmobilização deficitária. (RIBEIRO, 2013, p. 182)

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção Juiz de Fora (AECB-JF), foi instituída no dia 20 de abril de 1947 através de uma iniciativa dos próprios ex-combatentes locais e setores da sociedade civil que, próximos a esses combatentes, vivenciavam os dramas do difícil processo de reintegração e readaptação desses homens a sociedade. A ata lavrada nessa ocasião, citava que:

Estando presentes numerosos ex-combatentes da FEB, residentes neste município, realizou-se a primeira assembleia convocada pelo professor J.H. Vianna Júnior com o objetivo de se fundar na cidade a Associação dos Ex-Combatentes de Juiz de Fora, a exemplo do que se fez em vários estados do Brasil.<sup>1</sup>

As articulações no interior da AECB-JF se desenvolviam na direção de moldar uma narrativa comum a um grupo que em suma, representasse aquela entidade e seus membros no sentido de engendrar uma identidade social e justificar a presença da FEB na guerra. Parte importante da mobilização desses discursos, ocorriam no intuito de cobrar, junto ao poder público, as promessas e benesses que foram assinaladas a esses homens no momento da convocação para a guerra.

Entretanto, o esquecimento advindo das instâncias de poder, já naquela época, atingia grande parte da sociedade. A população em geral que comemorou junto com os militares nos desfiles e comemorações que ocorriam após a chegada dos escalões da FEB<sup>2</sup>, aos poucos, voltava ao ritmo normal de suas vidas e passada toda a euforia advinda daqueles eventos, assim como o poder público, esquecia os veteranos de guerra. O esquecimento social era pauta constante nas reuniões da AECB-JF, para os associados da entidade:

O Brasil não poderia esquecer os seus filhos que honraram o nome de sua Pátria. (...) a mocidade passou sua época na guerra, voltou com a psicose da guerra, deficiência orgânica e fomos as cobaias para toda a classe de remédios preparados para a guerra. (...) Nós, Ex-Combatentes somos taxados de os inconvenientes na Nação Brasileira, mas lutamos pela democracia e a liberdade de nossa nação.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> AECB-JF. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Juiz de Fora, 20 de abril de 1947, Livro nº 1, p. 1.

<sup>2</sup> OS “PRACINHAS” foram recebidos com indescritível entusiasmo. Diário Mercantil, Juiz de Fora 05 de outubro de 1945, ano XXXIV, n. 9881, p. 1.

<sup>3</sup> AECB-JF. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Juiz de Fora, 25 de dezembro de 1947, Livro nº 1, p. 29.



Dessa forma, pensar as associações de Ex-Combatentes como os primeiros lugares de memória sobre a participação do Brasil na Guerra, implica em entender a luta que era travada pelos membros das entidades contra o esquecimento social vivenciado pelos ex-combatentes brasileiros. Os lugares de memória, representam estruturas de ligação com o passado sendo indícios que apontam para o sentimento acerca de uma memória constantemente ameaçada pelo esquecimento. Segundo Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões entre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. (NORA, 2012, p. 07)

A memória coletiva, se apoia em uma série de heranças históricas que carregamos e que de alguma forma nos auxiliam a pensar no tempo. Símbolos, datas comemorativas, celebrações, heróis nacionais e monumentos, são alguns dos aportes nos quais essa memória se solidifica e ganha um *status* de continuidade, credibilidade e transmissibilidade. A memória coletiva é fruto das relações sociais entre indivíduos e grupos, se configurando em resumo, como uma comunicação de narrativas sobre o passado. As narrativas, por seu turno, são a principal forma de tornar compreensível a experiência humana no tempo.

Dessa forma, é necessário considerar que o discurso de memória pensado para representar uma coletividade, não se constitui a partir da simples soma das variadas percepções pessoais de seus membros. Ao se observar o processo de construção de uma memória concebida para embasar o sentimento de continuidade e de unicidade de um grupo, observa-se que a narrativa mobilizada que se manifesta “oficialmente” reflete uma posição majoritária entre os membros do grupo. Nesse sentido de acordo com (HALBWACHS, 2003, p. 61), a perspectiva coletiva da memória se beneficia da face pessoal que passa por sua vez a ser, uma impressão relativa à memória coletiva. Portanto, é necessário que haja entre os membros de uma coletividade um compartilhamento de lembranças, pontos de referência, objetivos e ideias.

A memória coletiva é resultante de uma operação que pressupõe a conservação e descarte de informações portanto, ao se jogar luz em determinadas visões ou versões legamos ao outro lado às sombras. Esse jogo de luzes e sombras intrínseco a construção de uma narrativa de memória, é inerente ao processo de escolha das informações recebidas e dos critérios



utilizados que pensados de forma conscientes ou não, também irão direcionar os usos que daremos ao passado. (TODOROV, 1995, p. 17)

A força de coesão que as memórias sobre os conflitos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial representam, é pautada na abnegação e no sacrifício de milhares de homens e mulheres que deram suas vidas em nome de uma causa. Uma vez que, em termos gerais, a população brasileira não vivenciara de forma próxima o ambiente de barbárie da guerra, seus sofrimentos e privações, também eram de difícil assimilação.

A sociedade civil, pouco ou nada sabia das experiências pelas quais os “pracinhas” haviam passado. Quais os fatos mais marcantes que esses homens se recordariam? Seriam os poucos instantes de calma? Ou o barulho ensurdecedor dos morteiros? Talvez o frio congelante de noites a fio passados em um *fox-hole*? Ou os poucos momentos de folga? Como explicar a uma pessoa que, a princípio, conhecia a guerra somente através dos filmes e imagens:

As horas imóveis imersas no barro inundado e pegajoso do outono italiano? O uniforme molhado. Roupas aderindo à pele, absorvendo o calor. Água a escorrer pelo corpo. Um frio de congelar os ossos. (...) As missões de patrulha(...) o pavor que se sentia do “pé de trincheira” ou de mutilar-se num campo minado as inúmeras horas que passaram arrastando – se (...) lentamente como lesma, sobre a neve. Quinze graus abaixo de zero!?! (RODRIGUES, 1976, p.122)

A disseminação das narrativas moldadas pelas associações dos ex-combatentes portanto, caminhavam lado a lado com a transmissão de valores e o caráter exemplar da memória de seus associados. Os valores implícitos e ressaltados nessas construções narrativas, são os de civismo, doação e defesa dos ideais democráticos e liberdade estes, atrelados a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial traziam consigo a tentativa de fixar seu discurso de memória, outrora restrito a associação e a seu quadro social, no imaginário da sociedade.

No entanto, a transmissão desses relatos esbarravam na própria característica peculiar das memórias desses homens. Para esses veteranos, transmitir suas narrativas era, em suma, lidar com uma dualidade inerente a elas e se colocar em uma fronteira tênue que separava o dizível e o indizível uma vez que, relatar os fatos relacionados à guerra significava acessar uma série de lembranças traumáticas. A dualidade entre o “esquecer” e o “lembrar” sobressaem, em muitos dos relatos analisados. Nelson Salomão em depoimento escrito e arquivado na ANVFEB-JF, faz uma referência a essa dualidade ao relatar que:



Passado tanto tempo é muito difícil para eu relatar com precisão todos os fatos que presenciei e de que participei, por que na verdade o que eu quero mais é esquecer. Porém por mais que eu me esforce, resulta inútil. São experiências momentos de vida e de morte, momentos em que o ser humano se sublima, se agiganta.<sup>4</sup>

Além dos breves relatos em poder das famílias e das associações, as impressões desses veteranos eram transmitidas também em livros bibliográficos que escritos em décadas posteriores a guerra buscavam através de narrativas literárias transmitir essas impressões pessoais e coletivas da atuação da FEB na Itália. A presença de uma narrativa laudatória às instituições, presentes em algumas dessas obras, é alvo de críticas por parte dos pesquisadores do tema. Para (FERRAZ, 2012, p. 313), esse elogio constante as instituições e seus comandantes, ofuscam uma análise mais crítica da participação da FEB na guerra.

Nos títulos analisados até o momento na presente pesquisa se sobressaem, os significados cada vez mais universais atribuídos a luta dos brasileiros no *front* italiano. Para Octávio Costa, por exemplo, a luta da FEB, além de reacender o espírito democrático no povo brasileiro, poderia ser sentida até mesmo na evolução econômica do país. (COSTA, 1975, p. 83) Outros, como Boris Schnaiderman, não deixam de considerar o excelente desempenho dos brasileiros nas operações entretanto, não blindam essa atuação de críticas. As de Schnaiderman por exemplo, ressaltam o estranho paradoxo de lutar a favor de um ideal democrático vivenciando internamente uma ditadura. (SCHNAIDERMAN, 1964, p. 120)

As associações de ex-combatentes pautavam sua existência, de acordo com seus estatutos, na guarda de um espírito democrático pelo qual os soldados brasileiros derramaram seu sangue na Europa. Não há como negar que transmitir valores caros a maioria como os de Liberdade e Democracia, era além de uma forma de justificar também a morte dos companheiros, causar uma reflexão acerca do esquecimento social pelos quais os “guardiões” desses ideais passavam. Segundo Didácio Rufino de Soares, a morte de tantos soldados brasileiros e a luta da FEB se justificavam, afinal foram indispensáveis à manutenção da Liberdade. Segundo o veterano:

O feito heroico de um companheiro; o infortúnio de outro que tombara no campo de luta, cada batalha conquistada com muita bravura como as de Castelo e Montese, especialmente, que projetaram aos olhos do mundo a fibra do soldado brasileiro. Não foi em vão o sacrifício dos que não voltaram, nem

<sup>4</sup> Memórias do veterano Nelson Salomão, 2006. Acervo da ANVFEB-JF.



dos que lá estiveram, tampouco dos que aqui também lutaram. Afinal, a LIBERDADE FOI MANTIDA.<sup>5</sup>

Em resumo, é interessante perceber que as batalhas travadas pelas agremiações, incluindo a associação mineira, se consubstanciavam em evitar que a comunidade dos veteranos brasileiros e, por consequência, suas memórias se perdessem no tempo. Nesse sentido, mobilizar os acontecimentos de natureza excepcional ou trágica vivenciados pelos veteranos moldam, de acordo com (TODOROV, 1995, p. 29), um “dever de recordar”. Dever esse que, em teoria, a sociedade possuía com os combatentes.

Nas reuniões Ordinárias, onde participavam os membros da diretoria, ou Extraordinárias, quando havia um maior afluxo dos sócios, os discursos que evidenciavam essa batalha interna eram pautados exatamente nesse aspecto. A condição de esquecimento social que os ex-combatentes vivenciavam naquele contexto, era a principal justificativa para uma maior vigilância comemorativa das agremiações. Nas palavras do orador Nelson Evangelista: “temos direito em tudo e por tudo, pois não somos desconhecidos em parte alguma, mas somos esquecidos por aqueles que mais necessitaram da nossa cooperação.”<sup>6</sup>

Discursos como o do orador acima citado, eram constantes nas reuniões. A mobilização do imperativo do verbo “lembrar”, juntamente com atribuição de significados à luta da FEB conferia mais argumentos à luta dos ex-combatentes contra o esquecimento social. Dessarte, perceber as mobilizações dessas narrativas, fora das reivindicações de assistência e das comemorações oficiais das quais eles participavam, é uma forma de enxergar esse grupo social por outro prisma. Inserir essas memórias no imaginário social significava mantê-la viva.

Entendendo que a memória coletiva é pautada e construída através da comunicação de narrativas sobre o passado, é produtivo analisar como esses discursos conquistam o espaço público da cidade mineira e são evidenciados pelos monumentos construídos para esse fim. O acervo monumentalístico da FEB na cidade mineira, conta com pelo menos quatro monumentos. Dois desses, já foram tombados como patrimônio municipal e dois ainda estão em fase de pesquisa. Dessa forma a análise que se segue, se refere ao primeiro monumento construído ainda na década de 1950. A escolha desse artefato, se deve ao fato de esse ser a primeira manifestação física contundente do deslocamento das narrativas de memória dos associados da AECB-JF, para o espaço público da cidade.

<sup>5</sup> Memórias do veterano Airton Vasconcelos Teixeira. Acervo da ANVFEB-JF. (Grifo no original)

<sup>6</sup> AECB-JF. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Juiz de Fora, 10 de agosto de 1947, Livro nº 1, p. 06.



## **A conquista do espaço público: O monumento ao expedicionário em Juiz de Fora**

A memória, como já discutido acima, é um dos principais canais de acesso às experiências passadas assim, para que possamos acessá-la, necessitamos de uma força externa que atue no desencadeamento do processo de recordação. Segundo Assmann, “O lugar de memória tem o poder de reativar a recordação assim como, a recordação de reativar o lugar.” (ASSMANN, 2011, p. 15) Na classificação de “lugares de memória” os monumentos figuram como um dos principais artefatos ligados ao poder de perpetuação e evocação do passado em uma sociedade. Essa caracterização, abre perspectivas para se analisar a qual passado esses monumentos se referem e quais valores relacionados a esse passado, interessam ao corpo social e por este motivo, devem ser transmitidos.

A construção de monumentos dedicados a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, é um ponto importante da atuação das entidades associativas já introduzidas. Uma vez que ficasse claro, na retórica veiculada pelas associações, a importância da participação do Brasil na guerra e suas consequências tornar essa memória inteligível ao corpo social e transmitir os valores inerentes a essa participação, são algumas das funções delegadas a esses monumentos.

A primeira iniciativa de demarcar no espaço da cidade de Juiz de Fora um lugar no qual pudesse ser erigido um monumento à FEB e seus combatentes, se concretiza em 1950. Entretanto, os registros existentes sobre a construção e inauguração desse monumento, dão conta que os planejamentos para sua concepção se iniciaram em meados do ano de 1948. A campanha protagonizada pela AECB-JF com apoio da sociedade civil e de alguns políticos locais, ocorreu durante os anos subsequentes para angariar os fundos necessários para que fosse inaugurado, no largo do Riachuelo, o monumento ao expedicionário.

Nos documentos oficiais produzidos pela entidade não há um maior detalhamento de quais eram os lugares disponíveis para a construção do monumento. A decisão ao corpo social ficou a cargo do sócio Nelson Evangelista, secretário de comunicações da entidade que, informou aos presentes o local onde seria instalado o marco. Segundo o orador: “em 1º



discussão foi aprovado o local para a ereção do monumento que será no cruzamento da Av. dos Andradas com a Rio Branco.”<sup>7</sup>

Decidido em assembleia a localização no espaço da cidade, a escultura de bronze dedicada “aos heróis da FEB” foi inaugurada em celebração solene menos de um mês depois do anúncio oficial de Evangelista. A inauguração do monumento ao expedicionário, além de simbólica para os ex-combatentes da cidade e entornos, estava ainda inserida no cabedal de comemorações oficiais do centenário da cidade a ser comemorado no dia 31 de maio daquele mesmo ano.

As notícias veiculadas em um dos principais meios de comunicação da cidade relatam a presença, desde as primeiras horas da manhã, de espectadores e autoridades militares que afluíram ao Largo do Riachuelo e se prontificaram a acompanhar as festividades promovidas pela AECB-JF. As solenidades, que tiveram início com a execução do hino da Força Expedicionária Brasileira prosseguiram durante toda a manhã do dia 24 de maio de 1950 onde, os espectadores presenciaram uma série de rememorações coletivas e comemorações cívicas em torno da memória da FEB e dos ex-combatentes da cidade. Segundo o noticiário local:

A associação dos Ex-Combatentes de Juiz de Fora, fez inaugurar na manhã de ontem, o monumento dedicado aos valorosos pracinhas que batalharam no solo italiano. (...) Em seguida ao desfile dos antigos combatentes da FEB precedido pela banda de música do 11ºR.I tiveram início as solenidades com o hino da Força Expedicionária Brasileira.<sup>8</sup>

Demarcar fisicamente no espaço público da cidade um local onde a memória dos que combateram na Itália estaria representada, é uma das posturas mais simbólicas da AECB-JF e de seu corpo social. Moldar um discurso de memória coletivo, demarcando que daquele município saíram homens que integraram as Forças Armadas durante a guerra era fundamental para a transmissão dessas narrativas. O monumento referenciado irá, a partir de 1950, concentrar todo o aparato ritualístico e comemorativo na esfera pública de passagens da guerra que até sua inauguração, estavam restritas ao ambiente interno da associação.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> AECB-JF. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Juiz de Fora, 30 de abril de 1950, Livro nº 1, p. 72.

<sup>8</sup> O MONUMENTO ao Expedicionário. Diário Mercantil, Juiz de Fora 25 de maio de 1950, p. 1.

<sup>9</sup> Posteriormente à inauguração do monumento na cidade mineira, as referências de homenagens registradas em atas, dão conta de tributos prestados por setores da sociedade civil e militar em datas comemorativas como: 25 de agosto dia do soldado, dia 14 de abril a tomada da cidade de Montese pela FEB, o dia 08 de maio, dia da vitória aliada na Europa ou ainda, o dia 02 de novembro, Dia de Finados. Nessas ocasiões, as referências são de depósitos de palmas e coroas de flores no monumento, bem como a ocorrência de desfiles da AECB no largo do Riachuelo.

Os monumentos que demarcam a ida da FEB à guerra presentes no Brasil, apresentam uma característica intrínseca de transmissão de valores cívicos e virtudes inerentes a essa participação. Para Uri Rosenheck “esses artefatos exaltam valores que dizem respeito ao público brasileiro em geral uma vez que, destacam, em sua maioria, valores civis, em detrimento daqueles difundidos pelas organizações militares, não sendo evidente em sua retórica textual uma homenagem aos caídos, mas sim, respeito àqueles que partiram e voltaram - vivos ou mortos.” (ROSENHECK, 2018, p. 57-58)

O monumento ao expedicionário analisado ainda existe no entanto, no momento da realização dessa pesquisa, não se encontrava em condições favoráveis de conservação. Localizado na região central da cidade de Juiz de Fora, próximo a grandes avenidas e ao centro comercial da cidade, a escultura feita em bronze consiste na figura de um soldado trajando uniforme militar, capacete e armamentos característicos da campanha da FEB na Itália.

A imagem do soldado concebida como se este estivesse em deslocamento, se localiza sobre um pedestal de granito facetado sendo que, em cada uma das extremidades da base é possível ler, além da referência à data de inauguração, as palavras “Aviação”, “Marinha” e “Exército” se referindo as Forças Armadas brasileiras.

**Imagem 1:** Monumento ao expedicionário de Juiz de Fora



Fonte: acervo do autor, 2019.



Para (FERRAZ, 2012, p. 311), é possível traçar um paralelo importante em relação aos monumentos erigidos em homenagem a FEB na primeira década do pós-guerra e aqueles construídos após esse período. Enquanto os primeiros, apresentavam uma imagem de destaque aos cidadãos soldados os construídos posteriormente, invertem essa lógica e acabam por incorporar em sua iconografia uma maior referência as instituições militares. Essa mudança no objeto de culto faz emergir, segundo o autor, um “padrão trinitário” pautado na homenagem às instituições militares colocando-as, em primeiro plano na composição simbólica dos monumentos. Esse processo é sintomático já que, evidencia a militarização das associações e de sua memória a partir de meados da década de 1950.

A memória é vida sendo assim, na ausência dos sobreviventes ou dos testemunhos diretos de um acontecimento, urge a necessidade de se instituir um suporte efetivo que acabe por garantir, em certo sentido, sua perpetuação. O culto e as celebrações em torno da memória sobre a participação da FEB na guerra e os valores impressos a ela, são inerentes e simultâneos ao processo de construção da memória coletiva dos ex-combatentes brasileiros, suas associações e seus monumentos.

Ao se circunscreverem à função de ligação entre as temporalidades e remeterem a um passado coletivo os monumentos, e as comemorações realizadas em seu entorno, indicam as dinâmicas de um processo de operacionalização do passado. É nesse sentido que Rodrigues considera que as rememorações coletivas “mobilizam energias intelectuais, selecionam e sacralizam de forma solene acontecimentos passados atribuindo a estes significações diversas para o uso no presente.” (RODRIGUES, 2002, p. 432)

No monumento analisado, o destaque dado ao soldado e não as instituições militares evidenciam o argumento proposto por Ferraz. Além da simbologia evidente na imagem, constam no referido monumento o símbolo das armas nacionais do Brasil, uma escultura que representa uma coroa de flores bem como, uma dedicatória com os dizeres “Aos heróis da F.E.B homenagem do povo de Juiz de Fora.”

A dedicatória ressaltando que aquela homenagem, agora integrante da paisagem urbana da cidade mineira, fora tributada pelo “povo de Juiz de Fora”, atestam mais uma característica importante desses monumentos. Segundo Rosenheck, “A retórica textual da comemoração nos monumentos expressa repetidamente que os expedicionários eram “os filhos dessa terra”, parte do “povo” local, os representantes de suas comunidades.” (ROSENHECK, 2008, p. 07)



Durante a pesquisa nos documentos as menções direcionadas à celebração da memória dos soldados mortos em combate, chamaram à atenção. Nos debates em torno da instalação desse monumento, ocorridos nas reuniões, o presidente da associação, João Batista Pereira Bicudo, determinou em novembro de 1949, a composição de uma comissão que ficaria responsável pelas festividades da inauguração do “Monumento em Homenagem aos Expedicionários Mortos na Campanha da Itália.”<sup>10</sup>

A menção do presidente da associação a uma homenagem aos caídos, é particular nesse sentido. O retorno da FEB da Itália, ponto não abordado neste texto, mas que compõe a pesquisa a qual ele se refere, despertava reflexões sobre o que iria se fazer com os restos mortais de centenas de jovens brasileiros que permaneciam sepultados no Cemitério Militar em Pistóia. Dessa forma, ainda na incerteza de uma atitude mais contundente do governo brasileiro detalhes como a fala do presidente da AECB-JF, são marcantes no que se refere as práticas da entidade na celebração da memória dos caídos na guerra.

Outra característica importante que denota a proximidade do monumento juiz-forano com a celebração da memória dos mortos, está na opção pelo artista que iria compor o projeto. A marmoraria Frateschi & Cia, construtora do monumento, desempenhava atividades na cidade desde meados da década de 1920. Chefiada até 1937 pelo italiano Natale Frateschi, era, segundo as pesquisas de Leandro Gracioso de Almeida e Silva, especializada e reconhecida na cidade por atividades relacionadas a construção de altares e, especialmente, trabalhos em mármore para os cemitérios da cidade. (SILVA, 2016, p. 84)

Não consta na documentação burocrática da associação os motivos da escolha da marmoraria Frateschi & Cia para a execução do projeto, mas a existência de uma coroa de flores no conjunto do monumento é um indício que esta escultura era também, ou especificamente, destinada ao culto da memória dos soldados mortos em combate. As fontes ligadas a imprensa, já citadas, relatam que durante a inauguração do marco “Foi procedida a chamada dos nomes dos mineiros mortos em campanha, seguindo-se o toque da vitória e a ocorrência de depósito de coroas de flores aos pés da escultura.”<sup>11</sup>

Para (LE GOFF, 2008) e (ASSMANN, 2011) o núcleo antropológico da memória centra-se, principalmente, no culto a memória dos mortos. O medievalista francês aponta ainda que o termo “*monumentum*” tende a se especializar em dois sentidos sendo que, pode tanto se

<sup>10</sup> AECB-JF. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Juiz de Fora, 30 de abril de 1950, Livro nº 1, p. 68.

<sup>11</sup> O MONUMENTO ao Expedicionário. Diário Mercantil, Juiz de Fora 25 de maio de 1950, p. 1.



materializar como uma “Uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu ou pórtico, mas também como um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio que a memória é particularmente valorizada: a morte.” (LE GOFF, 2008, p. 486)

A repatriação dos despojos dos mortos brasileiros na Segunda Guerra Mundial, ocorreria somente no início da década de 1960 com a construção do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, localizado no aterro do Flamengo no Rio de Janeiro. Segundo (PIOVEZAN, 2017, p. 239), a simbologia que envolve as solenidades em torno da rememoração dos mortos de um conflito apresentam, características que podem ser definidas por um novo estilo de luto no qual busca-se a aproximar a comunidade do evento no qual se deu a morte do indivíduo. A autora aponta que o ato de morrer em uma guerra não pode ser equiparado a uma morte comum, uma vez que, o indivíduo que ali jaz ou o monumento que evoca sua memória, evoca uma morte em nome de uma causa.

Conquanto o monumento analisado nunca tenha sido publicamente nomeado como “Monumento aos Expedicionários Mortos na Campanha da Itália”, sendo essa denominação particular ao contexto de planejamento da sua construção, a transmissão dos valores e distinções relacionados ao ato de morrer na guerra estão presentes nas documentações produzidas pela AECB-JF no período posterior a inauguração do monumento em questão. Pequenas homenagens nas quais os membros da associação e da sociedade em geral faziam depósitos de palmas e coroas de flores aos pés da escultura, eram mais frequentes.

Entretanto, na documentação analisada destacam-se também ações públicas mais pontuais mas que, de fato, aumentam o repertório de argumentos no sentido da importância do culto aos mortos. Assim, esse tipo de comemoração era um dos pontos mais fortes na tentativa de aproximação das narrativas de memória do imaginário social uma vez que, consistia em um apelo junto a população para que a memória dos caídos em combate não fosse esquecida.<sup>12</sup>

Nesse sentido, as manifestações públicas ocorridas junto a esse monumento eram oportunidades nas quais, o público em geral acompanhava os desfiles ou as formaturas e, por conseguinte, tomavam contato com a memória difundida pela associação. Por sua vez, os ex-combatentes locais, podiam “rememorar as suas glórias e apresenta-las em público, recebendo deste o apoio e o brilho que merecem como soldados de ontem e heróis de hoje.”<sup>13</sup>

<sup>12</sup> AECB-JF. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Juiz de Fora, 27 de outubro de 1956, Livro s/n. p. 20.

<sup>13</sup> AECB-JF. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Juiz de Fora, 02 de setembro de 1956, Livro s/n. p. 04.



O referido monumento foi tombado como patrimônio histórico da cidade, a partir do processo nº 3022/00<sup>14</sup> que dispõe sobre o tombamento de vários monumentos localizados em praças públicas da cidade mineira. O decreto lei Nº 6941, que oficializa o tombamento o faz uma vez que, estas obras possuem “Valor histórico e cultural, se constituindo como uma homenagem aos personagens e épocas que marcaram o desenvolvimento urbano, industrial, artístico e cultural da cidade e à história que estes monumentos nos remetem”<sup>15</sup>

Pensar essa tentativa de inserção da FEB no imaginário social, implica em entender que a memória, tomada como substrato fundamental da identidade, engendra um sentimento de pertencimento a um grupo social. De modo geral, a transposição das narrativas de memória para o espaço público da cidade, encabeçadas pela AECB-JF, alçam seu apogeu com o tombamento desses bens que, apesar de terem sido concluídos anos após a fusão dessa entidade com a ANVFEB-JF, representam para a coletividade dos ex-combatentes a conquista de um espaço no imaginário social daquela cidade.

### Considerações Finais

Embora a força dessas memórias, relacionadas a guerra da FEB, não esteja presente em todos os círculos sociais ficando, na maioria das vezes, restrita ao corpo associativo da ANVFEB-JF, às comemorações militares e aos familiares dos expedicionários é muito precoce concluir, nos limites desse texto, que essas memórias passam por um processo de desaparecimento. Circulando em um ambiente restrito, a memória da FEB ainda é divulgada pelas associações. Portanto, entender o papel dessas associações ainda em funcionamento e como essas entidades se portarão futuramente, mediante o processo de extinção natural dos seus principais agentes de memória, é algo que merece uma pesquisa de maior fôlego

No entanto, a aproximação das associações de ex-combatentes das instituições militares ao longo do tempo, apesar de garantir certa proteção institucional, fortalece a hipótese de uma militarização cada vez maior das narrativas de memória desses indivíduos. Concomitante a aproximação dos dois lados, o que se nota é que para os ex-combatentes, a incorporação dessas

<sup>14</sup> Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA. Tombamento do Monumento ao Expedicionário. Processo 3022/00.

<sup>15</sup>DECRETO N.º 6941 - de 26 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o tombamento dos bens que menciona. Disponível em: [https://jflegis.pjf.mg.gov.br/c\\_norma.php?chave=0000019273](https://jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000019273). Acesso em 01/05/2019.



memórias pelas instituições, não se configurou em uma presença mais efetiva ou em um aumento das comemorações públicas em torno da FEB, muito pelo contrário.

A apropriação dessas narrativas, atuou de forma a enclausurar essa memória em um ambiente castrense tornando, ao longo do tempo, quase indissociável a relação entre a FEB e as Forças Armadas. O caráter cada vez mais militarizado, que passou a fazer parte das comemorações e monumentos, somados a incorporação de significados e valores da luta da FEB à retórica que embasou parte dos discursos presentes no golpe de 1964, evidenciou ainda mais esta fratura e o distanciamento com a população civil.

Nesse sentido, para comprovar a hipótese introduzida acima, nos resta analisar mais profundamente qual ou quais são as interações e percepções da sociedade com essa memória e seus monumentos. Uma vez que, como já pontuado, é característica dos monumentos atuar na transmissão de valores inerentes a determinados grupos sociais, resta questionar qual o lugar que a memória da FEB ocupa no imaginário da sociedade juiz-forana bem como, investigar quais os valores transmitidos, além dos usos e significados dados a essa memória no atual contexto.

## **Fontes**

### **Arquivos da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira seção Juiz de Fora (ANVFEB-JF)**

Livros de Atas das Reuniões da Diretoria (AECB) (1947 – 1955)

Livro de Registros Históricos (1972)

Hemeroteca

Material de Divulgação

### **Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora**

Periódicos:

Diário da Tarde (1950)

Diário Mercantil (1950)

### **Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA**

Arquivos referentes ao processo 3022/00 - que dispõe sobre o tombamento do Monumento ao Expedicionário.



## Referências

ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. **Espaços da recordação**: Formas e transformações da memória cultural. Campinas: UNICAMP, 2011.

COSTA, Octávio. **Trinta Anos depois da Volta**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000). Londrina: Eduel, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed., 3. reimpr. Campinas: UNICAMP, 2008. p.442.

NASS, Sirlei de Fátima. **Legião paranaense do expedicionário**: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951). Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, letras e artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, p. 07-28, 2012.

PIOVEZAN, Adriane. **Morrer na Guerra**: A sociedade diante da morte em combate. Curitiba: CRV, 2017.

RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em Luto e Luta**: Construindo uma memória da FEB. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, Agostinho José. **Terceiro Batalhão**: O Lapa Azul. São Paulo, Ed. das Américas, 1976.

ROSENHECK, Uri. Entre a Comemoração do Passado e a Construção do futuro: os monumentos da FEB e seus contextos. **Revista Militares e Política**, Rio de Janeiro, Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 3 jul/dez. 2008, p. 07-16.

ROSENHECK, Uri. Re-Carving the Stone: reinterpreting world war II monuments in Brazil. In: MALLET, Derek R. (Org.). **Monumental Conflicts**: twentieth-century wars and the evolution of public memory. New York: Barnes & Noble, 2018, p. 56-68.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em Surdina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 425 – 438, 2002.



SILVA, Leandro Gracioso de Almeida e. **Memórias de um ofício**: os marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora (1864-1974). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, 2016.

TODOROV, Tzvetan. Les abus de la mémoire. Paris: **Arléa**, 1995.